

# **ANÁLISE TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB: OS PROBLEMAS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE SAÚDE**

MILENA NUNES ALVES DE SOUSA

Universidade de Franca, Franca, São Paulo, Brasil.

E-mail: minualsa@hotmail.com

ELISANGELA VILAR DE ASSIS

Faculdade de Medicina do ABC Paulista, Santo André, São Paulo, Brasil.

E-mail: ely.vilar@hotmail.com

KYLVIA LUCIANA PEREIRA COSTA

Faculdade Santa Maria, Cajazeiras, Paraíba, Brasil.

E-mail: kylvinha\_cz@hotmail.com

EDINEIDE NUNES DA SILVA

Faculdade Santa Maria, Cajazeiras, Paraíba, Brasil.

E-mail: edineidens@hotmail.com

UBIRAÍDYS DE ANDRADE ISIDÓRIO

Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, São Paulo, Brasil

E-mail: ubiraidys@yahoo.com.br

## **1 INTRODUÇÃO**

Desde o descobrimento do Brasil que o país passou por mudanças no cenário da saúde passando por intensos debates e constantes movimentos, a fim de assegurar o acesso universal, a integralidade da atenção e a harmonia entre recurso e demanda (BRASIL, 2009). Apesar de inúmeras políticas, reconhece-se como um momento particular a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em vigor desde 1990 com a criação das Leis Orgânicas da Saúde (LOS) de nº 8.080 e de nº 8.142 e de várias outras normas e portarias emitidas pelo Ministério da Saúde, as quais são instrumentos de regulamentação do sistema.

O processo de edificação do referido sistema não foi simples, muitos eventos necessitaram acontecer. Contudo, é reconhecido como marco indiscutível, conforme Bravo (2002), a ocorrência da 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em março de 1986, em Brasília. O evento propôs, além do SUS, a Reforma Sanitária brasileira. Com a instituição do SUS, a concepção de saúde amplia-se. Se antes era entendida como mera ausência de doença, agora passa a ser determinada por diversos fatores, tais como as condições de educação, trabalho, moradia, meio ambiente e saneamento (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2010; PEREIRA; CANABRAVA, 2005).

Segundo os autores, em consonância com a Constituição Federal de 1988, com o SUS assegura-se a atenção à saúde de modo holístico, equitativo e universal. Também, com a criação das Normas Operacionais Básicas (NOBs), ocorre o processo de descentralização das ações de saúde, o qual direciona as intervenções e a sua resolutividade aos municípios, a partir da promoção da saúde (BRASIL, 2003), vista, hoje, “como uma das estratégias de produção de saúde, [...] como um modo de pensar e de operar [...] no sistema de saúde brasileiro, contribui na construção de ações que possibilitam responder às necessidades sociais em saúde” (BRASIL, 2006, p. 10). Assim sendo, cabe aos municípios as intervenções sobre o processo saúde-doença.

Em face de tais prerrogativas, bem como pela obrigatoriedade da intervenção pública, especialmente municipal, sobre o processo saúde-doença populacional, este estudo propôs identificar a situação do município de João Pessoa-PB quanto aos problemas ambientais, sociais e determinantes de saúde da população local. A justificativa desta pesquisa reflete-se sobre a gestão municipal e, mais prioritariamente, sobre a população da referida cidade, uma

vez que ao longo do processo de documentação/catalogação dos problemas ambientais, sociais e, conseqüentemente, de saúde, são propostas melhorias e intervenções, visando a qualidade de vida dos residentes.

## 2 METODOLOGIA

Esta investigação quanto aos fins foi do tipo exploratório e descritivo. Quanto aos meios, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, baseados em fontes de dados secundários (OLIVEIRA, 2001).

A busca por fontes ocorreu na base de dados do Ministério da Saúde (MS/DATASUS), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e no *site* da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), entre outros. Os dados foram coletados no período de Agosto a Outubro de 2011 e foram consultados *sites* e arquivos oficiais. A análise se baseou na abordagem qualitativa, a partir das bibliografias que tratavam de modo direto e indireto questões referentes aos problemas ambientais, sociais e de saúde do município de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba.

## 3 RESULTADOS E ANÁLISES

### 3.1 O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA

Fundada em 1585 com o nome de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, João Pessoa é a capital do Estado da Paraíba, a terceira cidade mais antiga do Brasil e também a última a ser fundada no país no século XVI (PMJP, 2011).

Por sua localização geográfica, é conhecida como "Porta do Sol", já que o município situa-se a Ponta do Seixas, que é o ponto mais oriental das Américas (PMJP, 2011). Também é considerada como a "segunda cidade mais verde do mundo", com mais de 7m<sup>2</sup> de floresta por habitante, perdendo somente para Paris, França. Esta titulação foi conferida durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento ou ECO-92, realizada no Rio de Janeiro no ano de 1992 (PINA; ALMEIDA; PINA, 2010).

A população, conforme o Censo 2007 (IBGE, 2007), é de 723.514 habitantes, com uma densidade demográfica de 3.146,6 hab./km<sup>2</sup>. Sobre o número populacional é importante frisar que ao longo das últimas décadas João Pessoa tem crescido consideravelmente. Entre 1980 a 2010 a população migrou de 329.942 para 723.514 habitantes, um aumento de mais de 100% (PMJP, 2011). Quanto aos aspectos econômicos, conforme a instituição, o turismo é um grande produtor de renda e gerador de empregos, além do comércio. Também se deve considerar o seu parque industrial (o maior do Estado), formado por diversos segmentos: alimentos, automobilístico, bebidas, minerais, dentre outros.

Tais características possibilitam que o município possua a maior economia e arrecadação de impostos para o estado, com o Produto Interno Bruto (PIB - R\$ 7.661.218,505 mil). Ainda, a cidade ficou entre os cem maiores PIBs do País ocupando a 60ª posição no ranking nacional (IBGE, 2007).

A cidade é a 2ª capital mais saneada do Nordeste, com mais de 83% da cidade saneada, 100% das residências atendidas pela energia elétrica e 100% ligados ao abastecimento de água (PMJP, 2011). No Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil de 2000, a taxa de analfabetismo é de 14% (PNUD, 2011). Apesar disto, possui uma rede de ensino com instituições de ensino de nível fundamental, médio e superior, tanto públicas quanto privadas (IBGE, 2010). Na saúde, a taxa de mortalidade infantil é de 13,3 por mil

nascidos vivos, mesmo assim, tem um dos menores índices em mortalidade infantil. No mais, a esperança de vida ao nascer é de 71,3 anos (IBGE, 2000).

Para finalizar, é impreterível destacar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). De 1991 a 2000, o IDH do município passou de 0,719 para 0,783, apresentando uma evolução de 9%. Em comparação com o IDH do estado, que é de 0,678, nota-se que o mesmo é superior (PNUD, 2011; PINA; ALMEIDA; PINA, 2010). Apesar disto, é a capital menos desigual do Nordeste, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano do Recife (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 2005).

### 3.2 PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS

Observamos a presença de muitos entraves ambientais vivenciados pela população local e os quais foram relatados na literatura (COELHO et al., 2011; BECK; ARAÚJO; CÂNDIDO, 2009; MORAIS, 2009; SILVA, 2009), destacando-se: o acentuado processo de metropolização e verticalização; a saturação da infraestrutura urbana a partir do adensamento populacional indiscriminado; a alteração do conforto ambiental, com bloqueio de ventilação e formação de ilhas de calor; a poluição ambiental das praias, mangues e ecossistemas costeiros afins, além da diminuição e da poluição dos aquíferos subterrâneos; poluição hídrica e o assoreamento dos recursos hídricos; erosão e fragilidade ambiental, especialmente no altiplano Cabo Branco; e a problemática dos Resíduos Sólidos (RS) Urbanos - disposição final.

Especificadamente sobre os RS, 100% dos resíduos domésticos produzidos na Capital estão sendo depositados em aterro sanitário, quando 50% poderiam ser compostados e transformados em fertilizantes, e 35%, que constituem materiais recicláveis, estão indo para o lixo, quando existem as indústrias que poderiam reaproveitá-los (BECK; ARAÚJO; CÂNDIDO, 2009). Então, pelos problemas relatados é indispensável agir sobre eles, uma vez que é indiscutível o elo entre saúde e meio ambiente, como bem referencia Pina; Almeida; Pina (2010) e Freitas (2003).

### 3.3 PRINCIPAIS PROBLEMAS SOCIAIS

Moraes (2009), Silva (2009) e Barbosa (2005) mencionam os seguintes: estratificação social - é a 3ª capital proporcionalmente com maior número de famílias ricas da Região Nordeste segundo a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) com dados do Censo de 2010, a cidade só perde para Recife-PE e Aracaju-SE; periferização da população, violência, prostituição e elevado consumo de drogas; a exclusão social promovida pela especulação imobiliária; o encarecimento dos serviços, dos impostos urbanos e a deterioração dos serviços públicos; redução da qualidade de vida – decorrente da poluição dos rios e praias; e alta concentração de renda.

### 3.4 PRINCIPAIS AGRAVOS À SAÚDE

Conforme Malta et al. (2006) os principais agravos os quais têm afetado a população são as doenças as transmissíveis, não transmissíveis e as causas externas. No tocante as enfermidades entre a os residentes em João Pessoa tem-se transmissíveis: tuberculose, hanseníase, sífilis congênita, etc.; não transmissíveis: hipertensão arterial e de diabetes; causas externas: violência urbana e acidentes de trânsito (MS/DATASUS, 2011; MS/DATASUS, sd apud PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2010; COSTA, 2007).

Para uma melhor compreensão da realidade instaurada, o número de Casos de Sífilis Congênita em 2006 entre as capitais do nordeste no ano de 2006 é bem particular, entretanto, o município de João Pessoa está à frente das seguintes capitais nordestinas: Teresina, Maceió

e Aracaju em número de casos (MS/DATASUS, sd apud PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2010). Ainda, em se tratando das doenças transmissíveis, em janeiro o município possuía 122 casos de tuberculose e 76 de hanseníase (MS/DATASUS, 2011).

Sobre tais enfermidades ressalta-se que as mesmas já deveriam estar erradicadas, pois já existem mecanismos apropriados para a extinção destas patologias. Entretanto, mesmo reconhecendo-se as grandes mudanças, os avanços técnicos, científicos e informacionais, parece ainda impossível extinguir o reaparecimento de enfermidades ou de restringir o surgimento de novas. Estes problemas, ao invés de serem solucionados, continuam a aumentar com taxas sem precedentes, enquanto outros reaparecem mesmo estando outrora declínio ou não mais ocorrendo (CARVALHO et al., 2009; PERIAGO et al., 2007). Soma-se as concepções de Almeida et al. (2009) para quem o momento é galgado pela reemergência de doenças como a tuberculose, hanseníase e sífilis congênita.

No mais, dados referentes à hipertensão arterial e de diabetes evidenciaram, conforme o MS/DATASUS (2011), que em janeiro o número de pacientes cadastrado foi de 59.534 e 15.707 pacientes, respectivamente. Em comparação com o número populacional, é possível perceber que o número de hipertensos e diabéticos é elevado, repercutindo sobre a importância de ações de promoção de saúde, já que neste século, as doenças crônicas não transmissíveis são consideradas um grande problema de saúde pública (PACHECO; SANTOS; BREGMAN, 2006).

De uma forma mais global, ainda é fundamental evidenciar os fatores de morbidade hospitalar de João Pessoa, Paraíba, de acordo com a faixa etária. Estes informes encontram-se na figura 1.

Distribuição percentual das internações por grupo de causas e faixa etária – CID 10 (por local de residência, 2005)										
Grupo de causas	< de 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	60 e mais	Total	
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	29,7	44,9	30,5	15,3	1,3	2,9	3,5	4,5	9,7	
Neoplasias (tumores)	0,3	2,2	2,5	5,4	3,9	6,0	9,8	7,6	5,7	
Doenças sanguíneas	0,6	0,5	1,0	1,5	0,1	0,4	1,4	1,2	0,7	
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	0,7	1,2	2,2	2,5	0,6	1,0	3,2	5,8	1,9	
Transtornos mentais e comportamentais	0,2	0,2	0,1	1,5	2,1	7,6	7,3	0,4	4,6	
Doenças do sistema nervoso	1,8	1,4	1,6	2,1	0,5	0,6	0,5	0,5	0,8	
Doenças do olho e anexo	0,1	0,1	0,4	0,1	0,7	1,7	1,0	1,0	0,7	
Doenças do ouvido e da apófise mastóide	0,1	0,1	0,1	-	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	
Doenças do aparelho circulatório	0,1	0,3	1,6	1,3	5,9	23,0	23,0	26,7	9,2	
Doenças do aparelho respiratório	41,3	34,9	23,7	4,2	6,1	15,8	15,8	23,3	14,8	
Doenças do aparelho digestivo	2,5	3,7	9,9	2,7	7,5	13,4	13,4	10,4	7,6	
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0,1	0,3	0,8	0,7	1,3	2,8	2,8	3,0	1,5	
Doenças do sistema osteomuscular e tecido conjuntivo	0,1	0,3	2,1	3,5	0,7	1,6	1,8	1,5	1,4	
Doenças do aparelho geniturinário	1,7	2,8	7,7	9,2	2,3	4,7	8,2	7,5	5,2	
Gravidez, parto e puerpério	-	-	0,1	11,1	72,3	43,8	0,1	0,2	26,5	
Algumas afecções originadas no período perinatal	15,4	0,1	0,2	0,2	-	-	0,1	0,1	0,8	
Malformações congênitas e anomalias cromossômicas	3,1	2,0	2,7	2,3	0,2	0,2	0,1	0,1	0,7	
Sintomas, sinais e achados anormais em exames clínicos e laboratoriais	0,6	0,7	1,5	1,1	0,5	1,1	1,7	1,8	1,1	
Lesões, envenenamentos e outras causas externas	1,5	4,3	10,5	15,5	5,7	6,9	5,4	4,5	6,1	
Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	0,1	0,1	-	-	0,1	0,1	-	
Contatos com serviços de saúde	-	0,1	0,1	0,1	0,1	1,9	0,1	0,2	0,9	

**Figura 1: Morbidade Hospitalar – município de João Pessoa-PB**

**Fonte: (SIH/SUS/MS/DATASUS, 2005).**

Sobre as causas externas, as taxas de homicídios colocam a região como uma das mais violentas do mundo, com índice duas vezes maior que a média mundial: 22,9 por cem mil habitantes contra 10,7. A classificação de causas externas (ou violentas) reúne os subgrupos: acidentais; lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídios); agressões (homicídios); eventos cuja intenção é indeterminada; intervenções legais e operações de morbi-mortalidade violência urbana e acidentes de trânsito (COSTA, 2007).

## 5 CONCLUSÃO

Os dados coletados evidenciam que, João Pessoa, embora com muitas características e particularidades positivas, tem vivenciado graves problemas, tais como: saturação da infraestrutura, poluição e hídrica, estratificação social e outros. Estes podem ser decorrentes de fatores diversos, como por exemplo, devido a políticas públicas inapropriadas ou mesmo por uma gestão inadequada.

Assim, como foram muitos os agravos a saúde, os problemas ambientais e sociais, propõe-se as seguintes melhorias e intervenções, visando à qualidade de vida dos residentes: Realização de campanhas referentes à educação ambiental; Elaboração e entrega de cartilhas aos moradores sobre coleta seletiva; Criação do Código de Conduta do Turismo Contra Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Geração de Trabalho, Renda e Economia Solidária; Indução de ações de promoção da saúde: controle de vetores; estímulo a prática regular de atividades físicas; combate ao uso abusivo do álcool, e outras drogas; estímulo a práticas de alimentação saudável; Estabelecer programas de educação e comunicação para a promoção de hábitos que reduzam os riscos de doenças; Promover a revisão de medidas legais capazes de reduzir o impacto dos riscos à saúde originados pelo consumo de produtos potencialmente nocivos à saúde; e Promover ações de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde ou mesmo sociais;

**DESCRITORES:** Território. João Pessoa. Problemas. Promoção da Saúde.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. C. P. et al. Enfermagem enquanto disciplina: que campo de conhecimento identifica a profissão? **Rev Bras Enferm**, v. 62, n. 5, p. 748-52, set-out. 2009.
- BARBOSA, A. G. Produção do espaço e transformações urbanas no litoral sul de João Pessoa-PB. 2005. 203f. Dissertação [mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2005.
- BECK, C. G.; ARAÚJO, A. C.; CÂNDIDO, G. A. Problemática dos Resíduos Sólidos Urbanos do Município de João Pessoa: Aplicação do Modelo P-E-R. **Qualit@s**, v. 8, n. 3, p. 1-15, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Para entender a gestão do SUS**. Brasília: CONASS, 2003.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **SUS 20 anos**. Brasília: CONASS, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Política nacional de promoção da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- BRAVO, M. I. S. Gestão democrática na saúde: o potencial dos conselhos. In: BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A. P. (org.). **Política Social e Democracia**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- CARVALHO, J. A. et al. Doenças Emergentes: uma Análise Sobre a Relação do Homem com o seu Ambiente. **Revista Práxis**, ano I, n. 1, p. 19-23, jan. 2009.
- COELHO, V. H. R. et al. Erosão costeira e variação da linha de costa na praia do Bessa – João Pessoa (PB). Disponível em:

<[http://www.geo.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos\\_completos/eixo12/043.pdf](http://www.geo.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos_completos/eixo12/043.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2011.

COSTA, D. C. S. **Estudo Comparativo de Índices de Aglomeração Espacial de Mortalidade por Violência na Cidade de João Pessoa no período compreendido entre 2002 a 2005**. 2007. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso [graduação]. Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – CEFET-PB. João Pessoa, 2007.

FREITAS, C. M. Problemas ambientais, saúde coletiva e ciências sociais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8, n. 1, p. 137-50, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Ibge Cidades** - João Pessoa. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=250750#>>. Acesso em: 13 out. 2011.

\_\_\_\_\_. **Perfil dos Municípios Brasileiros** - Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2000. Censo Demográfico 2000.

MALTA, D. C. et al. construção da vigilância e prevenção das doenças crônicas não transmissíveis no contexto do Sistema Único de Saúde. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 15, n. 1, p. 47-65, 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). DATASUS. **Informações de saúde**, janeiro de 2011. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/tabfusion/tabfusion.cfm>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. **Morbidade Hospitalar - Município: João Pessoa/PB**, 2005. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/tabfusion/tabfusion.cfm>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

MORAIS, L. M. F. A. **Expansão urbana e qualidade ambiental no litoral de João Pessoa-PB**. 2009. 170f. Dissertação [Mestrado]. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-PB, 2009.

NASCIMENTO, D. D. G; OLIVEIRA, M. A. C. Reflexões Sobre as Competências Profissionais Para o Processo de Trabalho nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família. **Revista O Mundo da Saúde**, v. 34, n. 1, p. 92-6, 2010.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

PACHECO, G. S.; SANTOS, I.; BREGMAN, R. Características de clientes com doença renal crônica: evidências para o ensino do autocuidado. **Rev. Enferm. UERJ**, v. 14, n. 3, p. 434-9, jul.-set. 2006.

PEREIRA, P. C. M.; CANABRAVA, C. M. Plano Municipal de Saúde de Belo Horizonte 2005-2008. **Gerência de Planejamento e Desenvolvimento**, 2005.

PERIAGO, M. R. et al. Saúde Ambiental na América Latina e no Caribe: numa encruzilhada. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 14-9, 2007.

PINA, S. A.; ALMEIDA, S. F.; PINA, J. H. A. Uma análise da qualidade de vida na cidade de João Pessoa-PB frente à questão ambiental mundial. **Caminhos de Geografia**, v. 11, n. 33, p. 168-78, mar. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA (PMJP). **Desenvolvimento Social: Dados atualizados até abril/2010**. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. Secretaria Municipal de Saúde. **Plano Municipal de Saúde 2010-2013**. Salvador, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Recife 2005**. Recife, 2005. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 13 out. 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em: 13 out. 2011.

SILVA, L. M. T. A Paisagem Ameaçada do Cabo Branco no Extremo Oriental das Américas, em João Pessoa, Paraíba. **Anais** do XII Encuentro de Geógrafos da América Latina. Montevideo, 2009.

Milena Nunes Alves de Sousa

Endereço para correspondência: Rua do Prado, nº 369, apto 806. Centro, Patos-PB. CEP: 58700-010. Fone: (83) 88784633. E-mail: minualsa@hotmail.com.